

**PROVA DE CONHECIMENTOS  
ESPECÍFICOS****DIREITO**

**Os itens 31, 32 e 33 devem ser respondidos com base no texto abaixo.**

O 1º Ten John é bem mais antigo que o 1º Ten Ringo, porque foi promovido ao posto atual 2 anos antes. Ambos comandam pelotões da 1ª Companhia de Fuzileiros do 84º BIMz (Batalhão de Infantaria Motorizada) do Exército, no Rio de Janeiro-RJ. Ringo é baterista e, embora seja Tenente de Infantaria, costuma tocar bateria com a Banda da OM (Organização Militar) em festas do batalhão, a pedido do Comandante de Companhia. Apesar de sempre atender a pedidos como esse, Ringo acha que o Ten John é sempre beneficiado com as melhores missões e mais elogiado.

Dia 6 de setembro de 2017 todos do Batalhão foram liberados ao meio-dia, após intensos treinamentos para o desfile da Independência, devendo, todos os militares do Batalhão, estarem em forma à meia-noite (12 horas depois da liberação). Essa formatura foi determinada para ser conferida a presença de todos e todos pernoitarem no quartel para o desfile no dia seguinte, e as demais atividades previstas.

Ringo nesse dia estava especialmente irritado. Por volta das 23:00h ainda do dia 6 de setembro de 2017, estava tirando a bateria de dentro do carro (bateria, pertencente à banda do quartel, estando incluída em carga da OM), pois tocaria no almoço comemorativo da Independência, no quartel, embora não fosse desfilhar, e só iria montar o instrumento na manhã seguinte. Por ser sempre chamado para ser o baterista, Ringo tinha as chaves da sala onde era guardada a bateria da banda e tinha autorização para pegá-la e transportá-la livremente, mesmo para fora do quartel, sem precisar solicitar, o que era de conhecimento geral. O carro em questão era uma picape, cabine simples, onde o instrumento ficava à mostra, preso por extensores e que o Ten Paul, mestre da banda, proprietário do veículo, emprestara apenas para Ringo levar a bateria até os fundos do quartel, após isso, deveria devolvê-la ao dono, na sala de ensaios da banda.

Quando tirava o primeiro tambor de dentro do carro (veículo também pertencente à carga da OM) John se dirigiu a ele para dizer, secamente, que o Comandante de Companhia mandara Ringo montar imediatamente a bateria no rancho. Irritado com a forma seca de falar de John, Ringo responde que: “É, Ringo

está sempre à disposição para tocar de graça e sem qualquer recompensa. Mas hoje, Ringo não vai estar!”. Após isso, desferiu um soco que quebra o nariz de John e o faz desmaiar. Coloca o tambor de volta no carro e sai com ele não mais retornando ao quartel. Vai então para sua casa, imóvel próprio, situada em bairro próximo ao quartel, passa a bateria para seu carro e sai sem rumo disposto a formar uma banda e sair em “vida louca” pelo país fazendo shows. Abandona ali o carro, sem qualquer dano e com a chave sob o tapete. Liga então para George, um médico recém-formado que estava convocado, como médico, à incorporação no Exército, que já estava comparecendo diariamente ao quartel e que já tinha incorporação ao Exército prevista para 10 de setembro de 2017. Disse então ao George: “George, você é meu guitarrista favorito, esquece essa coisa de incorporação e vamos sair tocando pelo Brasil! Já compus até uma música – “Ringo não vai estar”. Diante da divida de George, Ringo insistiu até convencê-lo. Ambos partiram no dia 7 de setembro de 2017 para Palmas-TO, formaram a banda “Dé Bito”, com mais dois integrantes e saíram tocando pelo Brasil.

Quatro anos mais tarde, quando andava por lazer, em um fim de semana, por um shopping de Brasília, John, agora Capitão, ainda servindo no 84º BIMz, vê Ringo e George. Como militar o Capitão John do Exército se identifica, exibindo a carteira militar, e dá voz de prisão a ambos, por serem, respectivamente, desertor e insubmisso. George se rende com mãos para o alto, mas Ringo agride John com um soco que pega de raspão no braço, produzindo um arranhão (que sangrou mas não necessitou de pontos e não causou deformidade posterior, nem qualquer necessidade de interrupção de atividade nem atendimento médico). John se protege com um golpe que joga Ringo no chão sem machucar este e o rende com sua arma. Bem irritado com a agressão, John prossegue em sua reação passando a espancar violentamente Ringo, que está caído. Quando George, ainda de mãos para o alto, passa a suplicar que não bata mais em Ringo, pois este já está bastante machucado, John começa a espancá-lo também até ser contido por seguranças. O Exército é acionado e todos são levados para o Batalhão de Polícia do Exército de Brasília. Ringo sofreu lesões corporais graves e George apenas lesões leves, sendo levados para o Hospital das Forças Armadas em Brasília para avaliação.

31. Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:
- I. Ringo deverá responder pelos crimes de violência contra superior e lesão corporal perante Conselho Especial de Justiça em uma Auditoria da 1ª CJM (Circunscrição Judiciária Militar), no Rio de Janeiro.
  - II. Instaurado processo pela agressão contra John e não se conseguindo citar Ringo e, mesmo após a citação por edital, ele não comparecer nem constituir advogado, não é cabível a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional: o processo seguirá à revelia.
  - III. Ringo passa à condição de desertor em 16 de setembro de 2017.
  - IV. Ringo praticou crime de peculato-furto pela subtração da bateria e de furto de uso pela conduta em relação à carro.  
(A) Somente I, II e IV estão corretas.  
(B) Somente II está correta.  
(C) Somente I e III estão corretas.  
(D) Somente II e III estão corretas.  
(E) Somente III e IV estão corretas.
32. Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:
- I. Ringo não praticou o crime de violência contra superior ao agredir John no shopping, uma vez que fora excluído ao desertar, passando a ser civil.
  - II. O crime de lesões corporais praticadas por John, no shopping, contra Ringo, não é crime militar, nem o crime de lesões corporais praticado contra George.
  - III. Se Ringo for considerado incapaz em inspeção de saúde livrar-se-á da reclusão e do processo.
  - IV. Se George for considerado apto na inspeção de saúde, será incluído.  
(A) Somente I, II e III estão corretas.  
(B) Somente III e IV estão corretas.  
(C) Somente I e III estão corretas.  
(D) Somente II está correta.  
(E) Somente IV está correta.
33. Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra “V”, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra “F”, quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa correta:
- ( ) Ao jogar Ringo ao chão com uma golpe, defendendo-se da agressão de Ringo, John agiu em legítima defesa, incidindo em excesso de legítima defesa ao prosseguir com a agressão em Ringo, caído no chão, e em George, causando lesões graves em ambos.
- ( ) Os crimes de deserção e insubmissão relatados são de competência da 1ª CJM, no Rio de Janeiro. Os crimes ocorridos no shopping seriam da competência da 11ª CJM, em Brasília, mas em razão da conexão com aqueles, prevalece a competência da 1ª CJM.
- ( ) Segundo a regra dos 6 passos, a lesão que Ringo fez em John, no shopping, é classificada como levíssima.  
(A) V – F – V  
(B) F – F – V  
(C) V – F – F  
(D) F – V – V  
(E) F – V – F
34. Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra “V”, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra “F”, quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa correta:
- ( ) A Teoria do Cubo impossível define o que é crime propriamente militar embora mostre que não há definição legal do conceito.
- ( ) Se um estrangeiro que está cursando a Escola Superior de Guerra no Brasil comete crime militar, a regra geral é que ele responda pelo crime segundo a lei penal de seu país.
- ( ) Não é possível ocorrer crime militar praticado por civil contra civil em tempo de paz.  
(A) V – F – V  
(B) F – V – F  
(C) V – F – F  
(D) F – V – V  
(E) F – F – F

35. Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra “V”, quando verdadeira, e a letra “F”, quando falsa. A seguir, assinale a alternativa correta:
- ( ) Se, em tempo de guerra, o Cabo Harrison, que pertence a um batalhão que está na retaguarda, aguardando ser deslocado para a frente de combate, foge de seu acampamento, em 16 de dezembro de 2016 e só volta, dizendo-se arrependido, no dia 23 de dezembro de 2016, já está na condição de desertor ao se apresentar.
- ( ) Se o Soldado Ringo, em tempo de guerra, envenenar a água potável disponível para as tropas que se encontram na linha de frente do combate com o inimigo, ainda que ninguém morra envenenado, terá praticado crime em que poderá ser condenado à pena de morte.
- ( ) No caso da afirmativa acima, relativa ao envenenamento praticado pelo Soldado Ringo em tempo de guerra, Ringo seria processado e Julgado pelo Conselho de Justiça.
- (A) V – F – V  
(B) V – V – F  
(C) V – V – V  
(D) F – V – V  
(E) F – F – F
36. Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra “V”, quando verdadeira, e a letra “F”, quando falsa. A seguir, assinale a alternativa correta:
- ( ) Os tipos penais dos crimes militares, tanto dos crimes dolosos, quanto dos culposos, são tipos penais fechados.
- ( ) Segundo os dispositivos legais do CPM (Código Penal Militar) um crime previsto no estatuto do desarmamento não tem como ser considerado crime militar.
- ( ) Analisando o positivado na Lei 8.072/1990, conhecida como Lei dos Crimes Hediondos, verifica-se que nenhum crime militar pode ser classificado como crime hediondo; no entanto, não há vedação nela prevista quanto à aplicação dessa lei ao crime militar de tráfico de drogas.
- (A) F – V – F  
(B) V – F – V  
(C) F – F – V  
(D) F – V – V  
(E) V – V – V
37. Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra “V”, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra “F”, quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa correta:
- ( ) Hierarquia e disciplina não tutelam somente as Forças Armadas e instituições militares estaduais e distrital, mas são garantias para os indivíduos e a Sociedade, sendo esse um dos motivos para serem inconstitucionais a greve e a sindicalização dos militares.
- ( ) Se o Cabo Paul, condenado por crime de lesão corporal dolosa, cumpre suspensão condicional da pena pelo menor período de prova previsto na Lei, aceitando as condições em audiência admitória datada de 23 de abril de 2017, se não houver prorrogação nem revogação do “sursis” seu período de prova irá até 23 de abril de 2019.
- ( ) Entendendo o Dr. Paul, advogado do Cabo John, que o Comandante de seu Batalhão do Exército no Rio de Janeiro, o indiciou em IPM (Inquérito Policial Militar) de forma ilegal e arbitrária, deve ingressar com pedido de Habeas Corpus na 1ª Circunscrição Judiciária Militar.
- (A) V – F – V  
(B) V – F – F  
(C) V – V – V  
(D) F – V – V  
(E) F – F – V

**Os itens 38, 39 e 40 devem ser respondidos com base no texto abaixo.**

Bandidos pertencentes à facção “Bandidos sanguínários”, organização criminosa de grande porte, responsável por dezenas de explosões de caixas eletrônicas, assaltos a banco e maior parte do tráfico na região metropolitana de uma grande cidade brasileira atacam um quartel do Exército durante a madrugada do dia 28 de outubro de 2016. Matam um soldado sentinela de forma silenciosa, com golpe de faca, para poderem entrar no quartel e roubar fuzis. Embora não tivessem alicate de corte, conseguem facilmente, com uma simples coronhada abrir o cadeado de uma reserva de armamento da Companhia comandada pelo Capitão Lennon porque este colocara cadeados bem frágeis, provisoriamente na grade da reserva, contrariando normas expressas que determinam cadeados bem mais resistente e fortes, que não abririam sem material específico.

Os meliantes são interrompidos pela chegada rápida do comandante da guarda e quatro sentinelas, acionados quando o cabo da guarda encontrou o corpo da sentinela. Os bandidos correm para o muro para conseguirem fugir com as armas. Como dois dos criminosos apontam fuzis para os militares, estes respondem atirando e atingem um dos bandidos no peito, ficando este no local e sendo capturado pelos militares. Os demais fogem com 12 fuzis com carregadores e se evadem do quartel, passando a usar as armas para atividades criminosas de tráfico de drogas. As investigações não conseguem bons resultados pelos métodos comuns, mas o Capitão do Exército Paul, encarregado do IPM consegue convencer o criminoso capturado da facção, que acabou sobrevivendo, a falar, apontando os autores e a localização dos fuzis, mediante benefícios de um acordo de colaboração premiada. o Capitão Paul resolve tratar disso com o MPM (Ministério Público Militar).

38. Sobre o caso ao lado, marque a alternativa correta.

- (A) Como não existe no CPM nenhum tipo penal relativo a organizações criminosas, sequer há o de formação de quadrilha, não há que se admitir a aplicação da Lei nº 12.850/2013, uma vez que esta trata apenas do crime de organização criminosa com as nuances contidas em tal tipo penal nela previsto.
- (B) Caso se entenda cabível uma infiltração de agente prevista na Lei das Organizações criminosas, o Juiz-auditor seria a autoridade judiciária apta a autorizar essa medida, tanto durante o inquérito, quanto no decorrer do processo na Justiça Militar.
- (C) Embora possa a Organização criminosa praticar crimes militares, como praticou no caso ao lado, e mesmo não vedando a Lei citada o uso desses meios na investigação de crimes militares praticados por organização criminosa, sendo omissa o CPPM (Código do Processo Penal Militar) quanto aos meios de obtenção de prova previstos na Lei das Organizações criminosas (12.850/2013) não há que se admitir tal aplicação em razão dessa falta de previsão deles no CPPM.
- (D) Pode-se entender que são aplicáveis os meios de obtenção de prova da Lei 12.850/2013, uma vez que o CPPM admite suprir os casos omissos com a legislação de processo penal comum e já se aplicam, por exemplo, dispositivos relativos à quebra de sigilo fiscal, interceptações telefônicas e de informática não previstos no CPPM.
- (E) Pode-se entender aplicável a colaboração premiada ao caso em questão, na Justiça Militar Federal, uma vez que o CPPM admite aplicar, quando beneficia o réu ou indiciado, em casos omissos ou não, a legislação de processo penal comum.

39. Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra “V”, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra “F”, quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa correta:
- ( ) O Capitão Lennon praticou o crime de peculato-furto, mas se ele ressarcir o dano antes de sentença irrecorrível pode ter declarada a extinção da punibilidade de sua conduta.
- ( ) Os bandidos invasores praticaram crime militar de latrocínio, por terem matado a sentinela para subtraírem fuzis.
- ( ) Configura-se exclusão de ilicitude no caso da conduta do disparo que atingiu o bandido em fuga.
- (A) V - F - F  
(B) F - F - V  
(C) V - V - V  
(D) F - F - F  
(E) F - V - V
40. Considere que as condutas narradas no caso descrito no texto da página 13 foram praticadas contra um quartel da PM (Polícia Militar), subtraídas armas da PM, esfaqueados policiais da PM, os disparos fossem contra policiais da PM e o bandido atingido o fosse pelo disparo de um Policial militar. Com base nisso, analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra “V”, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra “F”, quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa correta:
- ( ) Segundo muitos autores os crimes praticados pelos invasores seriam comuns, com base no fato de as Justiças Militares estaduais não processarem e julgarem civis: muito embora a natureza de crime militar e a competência sejam coisas distintas e uma norma de competência não seja *abolitio criminis*, fatores que levam ao entendimento, por outros autores, que tratar-se-iam de crimes militares de competência da justiça comum.
- ( ) Se o disparo que atingiu o invasor, que depois se confirmou ser civil, foi efetuado pelo Soldado PM Ringo, que veio com o comandante da guarda combater a invasão, uma decisão sobre o recebimento ou rejeição de uma denúncia oferecida contra Ringo, por tal conduta, seria da justiça comum.
- ( ) Sendo, nesta hipótese, o Capitão Lennon, um policial militar, não tendo ressarcido o dano, e sendo recebida uma denúncia contra ele, Lennon seria processado e julgado por um Conselho de Justiça presidido pelo oficial mais antigo que o integrasse.
- (A) V - V - F  
(B) V - F - V  
(C) V - V - V  
(D) V - F - F  
(E) F - V - V

Rangemach - TC

Visto:

41. Assinale a alternativa correta:
- (A) A promoção é uma forma de provimento originária.
  - (B) A nomeação é uma forma de provimento derivada.
  - (C) Cabe afastamento preventivo com remuneração em Processo Administrativo Disciplinar (Lei nº 8.112/90).
  - (D) Não haverá nomeação para cargos em comissão.
  - (E) A licença para tratar de interesse particular tem duração máxima de 2 (dois) anos.
42. Assinale a resposta correta sobre o prazo máximo para a conclusão de Processo Administrativo Disciplinar da Lei n. 8.112/990:
- (A) 30 dias.
  - (B) 140 dias.
  - (C) 60 dias.
  - (D) 120 dias.
  - (E) 80 dias.
43. Sobre a situação em que o servidor público estável perderá o cargo, segundo o artigo 41 da CF/88 (Constituição Federal de 1988), analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a resposta correta:
- I. Em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
  - II. Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
  - III. Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei ordinária, assegurada ampla defesa.
  - IV. Mediante sindicância investigativa.
- (A) Somente II e III estão corretos.
  - (B) Somente I está correto.
  - (C) Somente I e II estão corretos.
  - (D) Somente IV está correto.
  - (E) Somente I, III e IV estão corretos.
44. Sobre quem poderá propor as alterações aos elementos constitutivos dos crimes, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a resposta correta:
- I. Qualquer Estado Parte.
  - II. Os juízes, através de deliberação tomada por maioria absoluta.
  - III. O Procurador.
  - IV. A vítima.
- (A) Todos os itens estão corretos.
  - (B) Somente I, II e III estão corretos.
  - (C) Somente II, III e IV estão corretos.
  - (D) Somente I está correto.
  - (E) Somente II e III estão corretos.
45. Com base nos termos do Estatuto de Roma, sobre quem será considerado criminalmente responsável e poderá ser punido pela prática de um crime da competência do Tribunal, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a resposta correta:
- I. Cometer esse crime individualmente ou em conjunto ou por intermédio de outrem, quer essa pessoa seja, ou não, criminalmente responsável.
  - II. Ordenar, solicitar ou instigar à prática desse crime, sob forma consumada ou sob a forma de tentativa.
  - III. Com o propósito de facilitar a prática desse crime, for cúmplice ou encobridor, ou colaborar de algum modo na prática ou na tentativa de prática do crime, nomeadamente pelo fornecimento dos meios para a sua prática.
  - IV. Contribuir de alguma outra forma para a prática ou tentativa de prática do crime por um grupo de pessoas que tenha um objetivo comum. Esta contribuição deverá ser intencional e ocorrer, conforme o caso.
- (A) Somente I e II estão corretos.
  - (B) Somente III e IV estão corretos.
  - (C) Todos os itens estão corretos.
  - (D) Somente II e IV estão corretos.
  - (E) Somente I e III estão corretos.

46. Considerando as normas constitucionais sobre Direito Tributário, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa do que se pode afirmar sobre empréstimo compulsório:
- Será instituído por lei ordinária.
  - Poderá ter como objetivo atender a despesas ordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
  - Poderá ser instituído no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, "b", da CF/88.
  - A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.
- (A) Somente I e IV estão corretos.  
(B) Todos os itens estão corretos.  
(C) Somente I, II e IV estão corretos.  
(D) Somente IV está correto.  
(E) Somente III e IV estão corretos.
47. Sobre qual atentado constitui abuso de autoridade, segundo a Lei nº 4.898/65, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a resposta correta:
- À liberdade de imprensa.
  - À inviolabilidade do domicílio.
  - Ao sigilo da correspondência.
  - À liberdade de consciência e de crença.
- (A) Somente III está correto.  
(B) Todos os itens estão corretos.  
(C) Somente I está correto.  
(D) Somente II está correto.  
(E) Somente II, III e IV estão corretos.
48. Considerando as normas constitucionais sobre Direito Tributário, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta do que se pode afirmar sobre competência à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária:
- Definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.
  - Obrigações, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.
  - Adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
  - Definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239.
- (A) Somente III está correto.  
(B) Todos os itens estão corretos.  
(C) Somente I e IV estão corretos.  
(D) Somente I e II estão corretos.  
(E) Somente I e III estão corretos.
49. Assinale a alternativa correta, sobre qual crime não é considerado hediondo, segundo a Lei nº 8.072/90:
- (A) epidemia com resultado morte.  
(B) reingresso de estrangeiro expulso.  
(C) estupro de vulnerável.  
(D) latrocínio.  
(E) extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada.

Visto:

50. Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a resposta correta:
- I. Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
  - II. Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
  - III. Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
    - (A) Somente III está correto.
    - (B) Somente I e III estão corretos.
    - (C) Somente I está correto.
    - (D) Somente II está correto.
    - (E) Todos os itens estão corretos.
51. Considerando o CPP, assinale a resposta correta sobre as afirmativas abaixo sobre oposição de exceção:
- I. Suspeição.
  - II. Incompetência de juízo.
  - III. Litispendência.
  - IV. Coisa julgada.
    - (A) Todos os itens estão corretos.
    - (B) Somente III e I estão corretos.
    - (C) Somente I, II e IV estão corretos.
    - (D) Somente I e IV estão corretos.
    - (E) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
52. Considerando o CPP, assinale a resposta correta sobre as afirmativas abaixo sobre quando o sequestro será levantado:
- I. Se a ação penal não for intentada no prazo de noventa dias, contado da data em que ficar concluída a diligência.
  - II. Se o terceiro, a quem tiverem sido transferidos os bens, prestar caução que assegure a aplicação do disposto no art. 74, II, b, segunda parte, do Código Penal.
  - III. Se for julgada extinta a punibilidade ou absolvido o réu, por sentença transitada em julgado.
    - (A) Somente I e II estão corretos.
    - (B) Somente I e III estão corretos.
    - (C) Somente II está correto.
    - (D) Somente II e III estão corretos.
    - (E) Todos os itens estão corretos.
53. Considerando o Decreto nº 849, de 25 de junho de 1993, assinale a resposta correta, dentre as afirmativas abaixo, sobre o que não se considerarão atos prejudiciais ao inimigo:
- I. O fato de que o pessoal da unidade seja portador de armas leves individuais para sua própria defesa ou dos feridos e enfermos a seu cargo.
  - II. A guarda da unidade por um piquete, por sentinelas ou por uma escolta.
  - III. O fato de que na unidade se encontrarem armas portáteis e munição recolhidas dos feridos e enfermos, ainda não entregues ao serviço competentes.
    - (A) Todos os itens estão corretos.
    - (B) Somente I, II e IV estão corretos.
    - (C) Todos os itens estão errados.
    - (D) Somente I, III e IV estão corretos.
    - (E) Somente I, II e III estão corretos.
  - IV. A presença em tal unidade, por razões médicas, de membros das Forças Armadas ou outros combatentes.



54. Assinale a resposta correta, dentre as afirmativas abaixo, sobre quais atos são especialmente proibidos, mesmo com o consentimento das referidas pessoas:
- Mutilações físicas.
  - Experiências médicas ou científicas.
  - Todas as remoções de tecidos ou órgãos para transplante.
    - Todos os itens estão corretos.
    - Somente I e III estão corretos.
    - Somente I e II estão corretos.
    - Somente II e III estão corretos.
    - Todos os itens estão incorretos.
55. Assinale a resposta correta, dentre as afirmativas abaixo, sobre quais elementos qualificam o sujeito como mercenário:
- Pessoa que tenha sido especialmente recrutada, no local ou no estrangeiro, a fim de combater em um conflito armado.
  - Pessoa que, de fato, tome parte direta nas hostilidades.
  - Pessoa que seja remunerada.
  - Pessoa que não seja nacional de uma Parte em conflito nem residente em um território controlado por uma Parte em conflito.
    - Todos os itens estão corretos.
    - Somente I, II e IV estão corretos.
    - Todos os itens estão incorretos.
    - Somente I, III e IV estão corretos.
    - Somente I, II e III estão corretos.
56. Sobre o meio ambiente na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.
  - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso privativo dos Entes federativos e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
  - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução que apresentar.
  - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
  - São indisponíveis apenas as terras arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
  - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei municipal, sem o que não poderão ser instaladas.
57. Sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, assinale a alternativa correta.
  - A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua.
  - Apenas os órgãos e entidades da União, dos Estados e do Distrito Federal, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.
  - A ampliação de estabelecimento efetiva ou potencialmente poluidor ou capáz, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, nem sempre dependerá de prévio licenciamento ambiental.
  - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em nenhuma hipótese, pode celebrar convênios com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal para juntos desempenharem atividades de fiscalização ambiental, já que a polícia administrativa correlata é indelegável.
  - Seguro ambiental, tendo em vista seu aspecto meramente econômico, não é instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente.

Visto:

58. Carlos, ambientalista, quer exigir do Poder Público a adoção de postura preventiva, com o fito de evitar que eventuais danos ambientais acabem por se concretizar. Assinale a resposta correta dentre as afirmativas abaixo sobre o que deverá, então, requerer o cumprimento:
- (A) Do princípio da precaução.
  - (B) Do princípio da antecipação.
  - (C) Do princípio da eficiência.
  - (D) Do princípio do desenvolvimento sustentável.
  - (E) Do princípio da premonição.
59. Assinale a resposta correta dentre as afirmativas abaixo sobre os direitos da personalidade:
- (A) Nem mesmo depois da morte é válida a disposição gratuita do próprio corpo, mesmo que com objetivo científico ou altruístico.
  - (B) Nos casos de doenças graves, a pessoa pode ser constrangida a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
  - (C) Toda pessoa tem direito apenas ao sobrenome, já que o prenome é de uso comum.
  - (D) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
  - (E) Em nenhuma hipótese a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas.
60. Considerando a Constituição Federal de 1988 no que tange aos direitos assegurados aos trabalhadores, assinale a alternativa correta:
- (A) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais a irredutibilidade absoluta do salário.
  - (B) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
  - (C) O aposentado filiado tem direito a votar, mas não tem direito de ser votado nas organizações sindicais.
  - (D) É assegurado o direito irrestrito de greve aos trabalhadores, já que, mesmo em face de serviços essenciais, todas as atividades podem ser paralisadas.
  - (E) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, mas apenas em questões judiciais.
61. Com relação ao negócio jurídico, assinale a resposta **INCORRETA** dentre as afirmativas abaixo:
- (A) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
  - (B) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
  - (C) A validade da declaração de vontade sempre dependerá de forma especial.
  - (D) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
  - (E) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
62. Assinale a resposta correta dentre as afirmativas abaixo sobre o contrato individual do trabalho:
- (A) Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego.
  - (B) As relações contratuais de trabalho, dada a autonomia da vontade dos contratantes, podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas, mesmo que contrariem os contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis.
  - (C) O contrato de experiência não poderá exceder de 60 (sessenta) dias.
  - (D) A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa pode afetar, em parte, os contratos de trabalho dos respectivos empregados.
  - (E) Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 3 (três) meses, a outro contrato por prazo determinado, salvo se a expiração deste depender da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.

63. Considerando a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, assinale a alternativa correta:
- (A) A Convenção Coletiva de Trabalho é acordo de caráter não-normativo, já que não se constitui como lei, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.
  - (B) As empresas e os sindicatos podem instituir Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária, com representante dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho.
  - (C) As convenções e os acordos coletivos de trabalho deverão conter obrigatoriamente a designação dos sindicatos convenientes ou dos sindicatos e empresas acordantes, bem assim o nome de todos os trabalhadores abrangidos pela norma coletiva.
  - (D) Disposição de contrato individual de trabalho pode contrariar normas de convenção ou acordo coletivo de trabalho, desde que dela tome conhecimento o empregado e desde que este não oponha objeção.
  - (E) Por aplicação do princípio da valorização do trabalho humano, nada impede que convenção ou acordo coletivo de trabalho contrarie proibição ou norma disciplinadora da política econômico-financeira do Governo ou concenrente à política salarial vigente.
64. Perseu é advogado público ocupante de cargo efetivo e está em dúvida sobre as prerrogativas processuais da pessoa jurídica de direito público que representa. Assinale a resposta correta sobre o texto acima:
- (A) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, sem exceção.
  - (B) A intimação pessoal dos advogados públicos far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico.
  - (C) Os entes federativos, por meio de seus representantes processuais, nunca podem ser citados ou intimados por meio eletrônico.
  - (D) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável, mesmo quando agir de forma lícita, desde que cause prejuízo ao Erário.
  - (E) A Fazenda pública, com o advento do novo CPC, não goza mais de prerrogativas processuais.
65. Assinale a resposta correta dentre as afirmativas abaixo sobre a audiência de julgamento no processo trabalhista:
- (A) É facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o proponente.
  - (B) O não-comparecimento do reclamante à audiência importa o adiamento automático desta para outra data, e o não-comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.
  - (C) O reclamante e o reclamado comparecerão à audiência acompanhados das suas testemunhas, ocasião em que requererão prazo para apresentar as outras provas.
  - (D) Se por doença ou qualquer outro motivo poderoso, devidamente comprovado, não for possível ao empregado comparecer pessoalmente, poderá fazer-se representar por qualquer outra pessoa com poderes de representação, ou pelo seu sindicato.
  - (E) Das decisões lançadas na audiência de julgamento, os litigantes serão notificados, preferencialmente, por carta com aviso de recebimento em mãos próprias.
66. Assinale a resposta correta dentre as afirmativas abaixo sobre as nulidades processuais no CPC:
- (A) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz não poderá considerar válido o ato se realizado de outro modo.
  - (B) A nulidade dos atos pode ser alegada pelas partes a qualquer momento, não se aplicando o instituto da preclusão.
  - (C) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras que dela sejam independentes.
  - (D) O juiz, mesmo quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, deverá pronunciá-la, mandar repetir o ato ou suprir-lhe a falta.
  - (E) Se o processo tiver tramitado sem conhecimento do membro do Ministério Público, nas hipóteses em que tal atuação é obrigatória como fiscal da lei, o juiz sempre invalidará todos os atos praticados nos autos.

67. Considerando o texto abaixo, assinale a alternativa correta.

As vagas destinadas à advocacia e ao Ministério Público nos Tribunais Regionais do Trabalho, observado o disposto no artigo 94 da Constituição Federal de 1988, serão preenchidas por indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes e corresponderão (em relação ao total) a:

- (A) Um terço dentre os advogados com mais de cinco anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de cinco anos de efetivo exercício.
- (B) Um quinto dentre os advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício.
- (C) Um quinto dentre os advogados com mais de cinco anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de cinco anos de efetivo exercício.
- (D) Um terço dentre os advogados com mais de três anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de três anos de efetivo exercício.
- (E) Um quinto dentre os advogados com mais de três anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de três anos de efetivo exercício.

68. Assinale a resposta correta dentre as afirmativas abaixo, com base no texto que se segue:

Quando por meio de um processo informal é modificada a forma de interpretar as normas jurídico-constitucionais, sem qualquer alteração efetiva em seu texto, estamos tratando:

- (A) da mutação constitucional.
- (B) do poder constituinte originário.
- (C) do poder constituinte derivado decorrente.
- (D) do poder constituinte derivado reformador
- (E) do poder constituinte derivado de revisão.

69. Considerando o texto abaixo, assinale a alternativa correta à luz da classificação das normas constitucionais, ofertada pela doutrina brasileira:

O inciso VII, do art. 37, da Carta Magna de 1988 tem a seguinte redação:  
VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;

Trata-se, portanto, de:

- (A) Norma constitucional de eficácia plena.
- (B) Norma constitucional de eficácia limitada de princípio programático.
- (C) Norma constitucional de eficácia contida ou restringível.
- (D) Norma constitucional de eficácia limitada de princípio institutivo.
- (E) Norma constitucional supereficaz.

70. O Presidente da República pode delegar algumas de suas competências aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União. Marque a alternativa correta que indica uma das competências do Presidente da República que admite delegação:

- (A) Nomear e exonerar os Ministros de Estado;
- (B) Dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;
- (C) Manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;
- (D) Nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição;
- (E) Convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.

**FINAL DA PROVA**